

Textos para Discussão N°6

Secretaria do Planejamento e Gestão
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

A inserção ocupacional dos jovens na Região
Metropolitana de Porto Alegre: principais características,
mudanças e permanências

Raul Luís Assumpção Bastos
Jéferson Daniel de Matos

Porto Alegre, novembro de 2007



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário: Ariosto Antunes Culau



DIRETORIA

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Roberto da Silva Wiltgen

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Míriam De Toni

Informações Estatísticas: Adalberto Alves Maia Neto

Informática: Luciano Zanuz

Editoração: Valesca Casa Nova Nonnig

Recursos: Alfredo Crestani

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre: principais características, mudanças e permanências

Raul Luís Assumpção Bastos

Economista da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Departamento de Economia da PUCRS

Jéferson Daniel de Matos

Estatístico da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Instituto Metodista de Educação e Cultura

Resumo

O artigo tem o objetivo de analisar a inserção ocupacional dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Para tanto, faz-se um esforço de delimitação dos elementos constitutivos e das principais características da ocupação juvenil, com base em referências analíticas elaboradas pela literatura recente e experiências históricas concretas. Logo após, aborda-se este tema no âmbito da RMPA, de acordo com diferentes recortes, buscando-se apreender as múltiplas dimensões da inserção ocupacional dos jovens; procura-se, também, com base na regressão logística, estimar os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar ocupado na Região. Por último, nas considerações finais encontra-se um sumário das principais conclusões do trabalho.

Palavras-chave: ocupação juvenil; estrutura ocupacional; mercado de trabalho metropolitano.

1. Introdução

O propósito deste artigo é o de abordar a inserção ocupacional dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Conforme se reconhece, este grupo populacional experimenta uma fase particular do ciclo de vida, que corresponde ao processo de transição da escola para o trabalho. Nesse sentido, na medida em que avançam em termos etários, os jovens vão gradativamente ingressando no mercado de trabalho, tendo as suas primeiras experiências laborais. A esse respeito, colocam-se diversas indagações sobre este processo e as ocupações que os jovens têm tido condições de obter: (i) quais são as características fundamentais da inserção dos jovens na ocupação? (ii) eles têm tido acesso a postos de trabalho de qualidade ou, alternativamente, tem se ampliado a parcela relativa de jovens em ocupações precárias? (iii) como está distribuída, em termos setoriais, a ocupação juvenil? (iv) existe um padrão remuneratório da força de trabalho juvenil, em função de suas características específicas? (v) que fatores condicionam o êxito na obtenção de uma ocupação por parte dos jovens? (vi) estas diferentes dimensões relativas à inserção ocupacional dos jovens têm apresentado mudanças relevantes ao longo do tempo? Em caso de uma resposta afirmativa a esta indagação, em que direção elas têm apontado?

Este artigo propõe-se trabalhar estas indagações a respeito da inserção ocupacional dos jovens no âmbito do mercado de trabalho da RMPA. No que segue, o estudo se encontra assim estruturado: a segunda seção procura delimitar os elementos constitutivos e as principais características da inserção ocupacional dos jovens, com base em referências analíticas elaboradas pela literatura recente e experiências históricas concretas; a terceira seção aborda a inserção ocupacional dos jovens na RMPA, de acordo com diferentes recortes, buscando apreender as suas múltiplas dimensões; procura-se, também, nesta seção, com base na regressão logística, estimar os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar ocupado na RMPA; e, por último, nas considerações finais, são sintetizadas as principais conclusões do artigo.

2 A inserção ocupacional dos jovens: uma delimitação de seus elementos constitutivos e de suas principais características

Os jovens apresentam características que lhes são próprias enquanto integrantes da população economicamente ativa. Dentre outros aspectos, este grupo populacional vivencia o processo de transição da escola para o trabalho, tendo que coadunar, com recorrência, duas atividades que lhe impõem exigências distintas. Em tal processo, os jovens evidenciam um *handicap* que lhes é específico, relativo à ausência de experiência anterior de trabalho, que condiciona, ainda que momentaneamente, as suas perspectivas de êxito na obtenção de uma ocupação no mercado de

trabalho. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de uma maior compreensão dos elementos constitutivos e das características do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A primeira constatação a ser mencionada é a de que não existe uma única abordagem para o tratamento deste tema, conforme assinala Vincens (1999): pelo contrário, o uso de termos tão diversos quanto inserção, transição, entrada na vida ativa, trajetória e itinerário, revela antes uma multiplicidade de enfoques sobre o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, o que poderia até mesmo colocar em questão a existência de um campo de investigação bem delimitado. Com base nesta percepção, ele irá defender uma abordagem sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho que contemple múltiplos aspectos (Vincens, 1998).

Na tentativa de buscar elementos que delimitem este fenômeno, Vincens (1999) propõe que o indivíduo seja considerado inserido no mercado de trabalho quando ele tiver obtido um emprego com determinadas características de continuidade e de número de horas trabalhadas, ou quando estiver exercendo busca efetiva de emprego. Colocando esta mesma abordagem em termos de uma coorte de jovens, ela seria considerada inserida quando uma proporção da mesma – a ser arbitrada – possuíse as características acima aludidas.

Vincens (1998) também argumenta no sentido em que se pode distinguir uma fase de inserção de outra de estabilização dos jovens no mercado de trabalho, sendo que a cada uma delas corresponderiam, por hipótese, indicadores distintos. Como decorrência desta compreensão, o primeiro emprego – vinculado à primeira destas fases – pode ser precário, não ajustado à formação e às expectativas do indivíduo, diferentemente do emprego reconhecido como definitivo – associado à última destas fases (Vincens, 1999).

De acordo com outra abordagem, o processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho se encerra quando é contemplado, de forma alternativa, um dos seguintes aspectos (Trottier (1997) *apud* Lopez (2004)): (i) o indivíduo pára de dedicar tempo à procura de trabalho ou aos estudos necessários para obter um emprego; (ii) o indivíduo obtém um emprego de que ele não tem a intenção de se desligar no futuro próximo; (iii) e o emprego obtido é aquele que o indivíduo deseja preservar, face à sua perspectiva inicial de trabalho, às informações que ele tem disponíveis e à concorrência existente no mercado de trabalho.

Por sua vez, Founder e Lefresne (2000) propõem que se diferenciem duas dimensões da inserção profissional dos jovens, uma denominada **relativa** e outra **diacrônica**. A dimensão de inserção relativa é aquela em que os jovens irão se desfazer gradativamente de suas características específicas no mercado de trabalho, em comparação aos trabalhadores adultos. Já a dimensão diacrônica compreende os efeitos do tempo histórico sobre a inserção profissional dos jovens, com o que o seu próprio encerramento não poderia ser tomado como dado, mas sim como tendo os seus limites em permanente transformação.

Founder e Lefresne (2000) identificam as seguintes mudanças comuns observadas nos **sistemas nacionais de inserção**¹ dos países avançados: tendência de alongamento da escolaridade inicial; ocorrência de níveis elevados de desemprego, intensificando a concorrência entre os trabalhadores no mercado de trabalho; e a ocorrência de mudanças técnico-organizacionais que têm desorganizado a estrutura do emprego e de qualificações requeridas pelos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho.

Nesse sentido, um aspecto que certamente molda os contornos do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho é o prolongamento da sua participação em atividades escolares (Vincens, 1999). Esse fenômeno, que tem sido observado na experiência internacional (Blanchflower e Freeman, 2000; OIT, 2000), tem como consequência a implicação de que os jovens retardam o seu ingresso no mercado de trabalho. Tal aumento do tempo de permanência dos jovens na escola e do seu nível de educação formal lhes propicia melhores condições de inserção em atividades laborais, o que deve ser reconhecido como algo socialmente positivo.

Ainda assim, cabe ponderar que a maior permanência dos jovens em atividades escolares tem sido observada em um contexto de alto desemprego. Isto, portanto, seria um dos elementos a que Vincens (1998) se refere como caracterizando um regime de inserção de elevado desemprego. Assim, de acordo com este autor, tal ambiente também contribuiria para um alongamento da fase de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Daí que não se possa interpretar que a maior permanência dos jovens na escola seja algo que esteja a revelar exclusivamente aspectos derivados de mudanças virtuosas em termos sócio-econômicos.

Esta compreensão é também reforçada por Ryan (2001), quando este identifica que tem havido uma deterioração das possibilidades de emprego dos jovens nas economias avançadas, com ênfase especial para aqueles que possuem um menor nível de escolaridade. Este aspecto, conjugado à dificuldade de ajustar os jovens aos postos de trabalho, estaria contribuindo para o alongamento do processo de inserção no mercado de trabalho – ou, como denomina este autor, de transição da escola para o trabalho.

A esse respeito, Brauns *et al.* (1999) aventam a possibilidade de que, com a expansão educacional, os empregadores sejam levados a buscar contratar trabalhadores de melhor nível de escolaridade do que em períodos anteriores. Todavia, em uma situação de baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, isto poderá ter como implicação que indivíduos de maior nível educacional sejam alocados para exercer atividades mais instáveis e de baixa remuneração. Como consequência, os egressos do sistema escolar com menor nível de educação formal poderiam ser, na ausência de outras mudanças compensatórias, de maneira cada vez mais intensa pressionados a se retirarem do mercado de trabalho. Essa compreensão, em parte, encontra respaldo nos resultados do estudo de Gangl (2000) sobre a realidade européia, pois, de acordo com este autor, os egressos do sistema

¹ Os autores definem um **sistema nacional de inserção** como “[...] o conjunto de normas e instituições que enquadram o acesso dos jovens à relação salarial em cada nação. Ele resulta da combinação própria a cada espaço nacional de dois subconjuntos: o sistema de articulação formação/emprego e o lugar dos jovens nos processos de mobilidade de mão-de-obra.” (Founder e Lefresne, 2000, p. 119).

escolar de nível mais alto de educação formal têm sido levados a ocupar postos de trabalho aquém de sua formação.

Nesse contexto, um aparente paradoxo sobre as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho é o de que a demanda de trabalho tem apresentado um comportamento, em princípio, favorável à ocupação juvenil, pois valoriza a educação formal, a qual tem avançado entre os integrantes deste grupo populacional (Ryan, 2001). Não obstante, como destaca Ryan (2001), as habilidades (*skills*) dos indivíduos são constituídas não só pela educação formal, mas também pela experiência, sendo esta última um claro *handicap* evidenciado pelos jovens. Se a mudança na demanda de trabalho orientada à valorização das habilidades torna menos substituíveis os seus dois componentes, isto poderia gerar um efeito negativo sobre as perspectivas ocupacionais dos jovens (Ryan, 2001). De acordo com Ryan (2001), existe algum respaldo empírico para a confirmação desta hipótese de interpretação da situação ocupacional dos jovens em países da Europa como a França e a Suécia, pois tem aumentado a proporção de trabalhadores experientes em ocupações qualificadas (*skilled occupations*).

Outro elemento a ser assinalado sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho refere-se à mobilidade interempresas por eles apresentada. De acordo com Vincens (1998), sob um regime de inserção de alto desemprego, a expectativa é a de ocorrência de elevada mobilidade dos jovens trabalhadores entre as empresas, o que reduz ainda mais, no início da vida ativa, o tempo de permanência no emprego. Trata-se de uma situação em que as relações de trabalho se tornam nitidamente instáveis, o que prejudicaria a possibilidade de aquisição de experiência e de competências no local de trabalho por parte dos jovens.

Todavia, em um ambiente no qual a instabilidade torna-se uma norma mais geral das relações de emprego, a própria noção de inserção poderia ter o seu conteúdo questionado, conforme argumenta Vincens (1999, p. 8):

Em uma sociedade diferente, na qual a maioria dos ativos estaria submetida à lei da instabilidade, do encadeamento de períodos de trabalho e não trabalho, sem considerações de idade e de diploma, a noção de inserção perderia sentido.

Dentro de certos limites, em uma perspectiva que apresenta elementos em comum com a visão acima esboçada, Marchand (2004, p. 65) chega a propor a seguinte indagação sobre o papel que os jovens poderiam estar passando a representar para as normas de inserção no mercado de trabalho nas economias avançadas:

[...] a mão-de-obra juvenil não joga um papel de vetor de transformação estrutural das normas de emprego e de emergência de novos modelos de gestão do emprego e de mobilidade caracterizados por uma forte insegurança desigualmente distribuída?

Tal indagação sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho já havia sido avançada como hipótese por Founder e Lefresne (2000). Para esses autores, os resultados do seu estudo comparativo entre seis nações europeias estariam a recomendar que se superasse a noção de inserção profissional enquanto um período simples de transição, no qual as características que são próprias aos jovens tenderiam a desaparecer a partir de determinado momento, quando os integrantes deste grupo populacional passassem a acessar um emprego. Neste sentido, Founder e Lefresne (2000, p. 115) propuseram uma hipótese interpretativa alternativa deste processo, a de que “[...] os jovens serão os vetores de introdução de novas formas de emprego, mais ou menos flexíveis, suscetíveis de se difundirem com a renovação de gerações.” Portanto, de acordo com esta interpretação, estaria ocorrendo uma transformação mais ampla das normas de emprego, sendo que as trajetórias de inserção dos jovens, caracterizadas pela instabilidade e pela fragmentação, se constituiriam em um eixo de referência para as mudanças.

Este ambiente parece conferir um papel contraditório à população jovem em termos de estruturação das normas de inserção no mercado de trabalho (Founder e Lefresne, 2000). Isto se deve a que, por um lado, as mudanças têm se dado em um contexto em que atributos que os jovens detêm – como a adaptabilidade e a capacidade de resposta aos problemas colocados no ambiente de trabalho, bem como as aspirações à formação e à mobilidade – são valorizados. Mas, por outro, se observa concomitantemente uma fragilização das relações de trabalho, a difusão de práticas de desclassificação² da população ocupada e a pressão pela redução dos salários, que se constituem em situações experimentadas com recorrência pelos jovens (Founder e Lefresne, 2000).

Outra dimensão que permite avançar na compreensão da inserção dos jovens no mercado de trabalho está vinculada às características setoriais da ocupação deste segmento populacional (Founder, 1999; Lefresne, 1999; Moncel, 1998). De acordo com os resultados de estudo de Moncel (1998), que privilegia este recorte de análise para a realidade da França, as atividades que possuem relações de trabalho mais estáveis – principalmente no âmbito da indústria – vêm apresentando declínio de sua parcela relativa no emprego juvenil, enquanto aquelas que evidenciam formas de gestão mais flexíveis do trabalho – neste caso, atividades inseridas no comércio e nos serviços – estão expandindo as suas participações no emprego dos jovens. Nesse sentido, as evidências proporcionadas por este estudo também apontam para mudanças que estão fazendo com que as relações de trabalho desse segmento populacional se tornem mais instáveis.

No que se refere ao tratamento setorial da ocupação juvenil, Lefresne (1999) argumenta que a redução da parcela relativa de jovens no emprego na França, se por um lado está associada à maior permanência em atividades escolares e à queda da sua taxa de participação, por outro também revela a seletividade do mercado de trabalho, que se fundamenta em estratégias de gestão de mão-de-obra com claros contornos setoriais, nas quais a idade se constitui uma variável discriminante. Assim, de

² Por desclassificação entende-se uma situação em que o indivíduo se encontra em um posto de trabalho que requer nível de educação formal aquém daquele que ele de fato possui. A este respeito, ver Founder e Lefresne (2000) e Lefresne (1999).

acordo com seu estudo, a evolução da situação dos jovens no mercado de trabalho se expressa por uma transformação na estrutura etária do emprego, a qual é diferenciada conforme os setores de atividade econômica (Lefresne, 1999).

Nesta perspectiva de análise, o estudo sobre os países da OCDE de Blanchflower e Freeman (2000) reforça o entendimento de que os jovens se encontram representados de uma forma desproporcional em atividades do Terciário, tais como hotéis, restaurantes e comércio. Além disso, quando os jovens são desagregados por sexo, constata-se que a construção civil, no caso dos homens, e a saúde, no das mulheres, são outras duas atividades altamente intensivas em jovens. Isto leva os autores à conclusão de que as perspectivas dos jovens no mercado de trabalho são condicionadas criticamente pela expansão de um número limitado de setores, em todos os países (Blanchflower e Freeman, 2000).

Em consonância com esta compreensão, Couppié e Mansuy (2004) afirmam, com base nos resultados empíricos de seu estudo sobre a realidade européia, que os setores de atividade se apresentam com graus diferenciados de seletividade aos iniciantes no mercado de trabalho.³ Isto os leva a defender a idéia da existência de barreiras à entrada aos jovens em determinados segmentos do mercado de trabalho, o que implicaria o seu confinamento em um número reduzido de atividades, comparativamente à população adulta. Como decorrência, este fenômeno poderia ser reconhecido como um indicador de dificuldade de acesso a determinados segmentos do mercado de trabalho, ampliando o risco de desemprego entre os jovens.

Tendo em mente o escopo setorial de análise, Lefresne (1999) identifica na França a ocorrência de uma redução generalizada dos salários relativos dos jovens, comparativamente aos dos adultos. Mas a explicação desta evolução não deve estar assentada exclusivamente em uma abordagem setorial do emprego juvenil: a esta necessita ser incorporada a expansão das formas atípicas de emprego, como o emprego em tempo parcial e o temporário. Neste sentido, a inserção ocupacional dos jovens em setores cujo modo de gestão do trabalho leva à precarização, combinada à emergência das formas atípicas de emprego, estaria favorecendo a redução dos salários relativos dos jovens. Para Lefresne (1999, p. 221), “[...] esse processo resulta de um impacto específico sobre os jovens da flexibilização salarial.”

Ainda no que diz respeito à realidade da França, Givord (2005) afirma que, no início dos anos 2000, um em cada três indivíduos que haviam ingressado no mercado de trabalho há menos de cinco anos possuía um contrato de trabalho temporário. Isto a conduziu à conclusão de que o aumento da flexibilidade representou uma das transformações maiores do mercado de trabalho daquele país.

Em termos de normas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o mais relevante a se reter, do que está acima exposto, pois poderá ter implicações mais gerais sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, extrapolando a realidade daquela experiência histórica particular, é que

³ No estudo de Couppié e Mansuy (2004, p. 148), são definidos com iniciantes no mercado de trabalho os jovens que encerraram os estudos há menos de cinco anos.

A degradação da situação relativa dos jovens não se traduz somente em um “efeito idade”, por natureza transitório; ela traduz as evoluções de uma relação salarial em transformação e induz com ela uma profunda mutação das relações intergeracionais (Lefresne, 1999, p. 221).

Quanto às tendências observadas na América Latina, se constata uma melhora do nível educacional dos jovens assim como a sua maior permanência em atividades escolares, entre os anos 1990 e o início dos 2000 (CEPAL, 2004, Cap. V). Todavia, isto não significou uma redução da proporção daqueles que necessitavam coadunar estudo e trabalho na Região: assim, a parcela relativa de ocupados de 15 a 19 anos que também estudava aumentou de 26,6% em 1990 para 34,5% em 2002, e entre os ocupados de 20 a 24 anos, de 14,9% para 19,9%, nesses mesmos anos (CEPAL, 2004, Cap. VI).

No âmbito setorial, o Terciário – neste caso, nas atividades de comércio, hotéis e restaurantes – tem grande importância para as perspectivas ocupacionais dos jovens da Região (CEPAL, 2004, Cap. VI). Já a agricultura e a indústria têm perdido importância relativa na ocupação dos países latino-americanos. No que se refere à indústria, esta tendência de redução da participação relativa na ocupação dos jovens pode estar contribuindo para a perda da qualidade do emprego, pois este setor, de modo geral, gera postos de trabalho de melhor qualidade comparativamente aos demais.

Outro aspecto que caracteriza a inserção ocupacional dos jovens na América Latina é a concentração dos integrantes deste grupo populacional em atividades de baixa produtividade,⁴ bem como o aumento da parcela relativa destas ocupações⁵ entre os anos 1990 e o início dos 2000 (CEPAL, 2004, Cap. VI). Nesse sentido, entre os jovens de 15 a 19 anos, a participação relativa na ocupação em atividades de baixa produtividade elevou-se de 63,3% em 1990 para 69,1% em 2002, e, entre os jovens de 20 a 24 anos, de 46,8% para 49,4% (CEPAL, 2004, Cap. VI). Estas evidências vão ao encontro da afirmação de Tokman (1997) de que, na América Latina, a maior parte dos jovens que ingressam no mercado de trabalho tem uma inserção precária em termos ocupacionais.

A origem socioeconômica se destaca também como condicionante das perspectivas de inserção no mercado de trabalho dos jovens nos países da América Latina (CEPAL, 2004, Cap. VI). Assim, os jovens oriundos de domicílios de baixos rendimentos encontram-se em uma condição de maior vulnerabilidade em relação àqueles cuja origem são domicílios de rendimentos mais elevados. Como decorrência, esta situação se consubstancia no fato de que os primeiros evidenciam, comparativamente aos últimos, em seu processo de inserção no mercado de trabalho, maior concentração em atividades informais e em empregos sem cobertura dos sistemas de proteção social. Isto pode ser ilustrado, em termos aproximados, pela proporção de jovens em ocupações de baixa

⁴ De acordo com o estudo da CEPAL (2004, p. 221), os setores de baixa produtividade correspondem às atividades dos trabalhadores por conta própria e não remunerados sem qualificação profissional ou técnica, aos ocupados em microempresas e aos empregados domésticos.

⁵ Esta segunda tendência é também observada entre a população adulta de 30 a 64 anos (CEPAL, 2004, p. 222).

produtividade em domicílios do 1º quintil de rendimentos *per capita*, em 2002, 70,5%, contra 38,2% em domicílios do 5º quintil de rendimentos *per capita* (CEPAL, 2004, Cap. VI).

O estudo da CEPAL (2004, Cap. VI) também identifica a existência, na América Latina, de uma correlação negativa entre o nível de escolaridade dos jovens e a sua inserção em atividades de baixa produtividade, mostrando que aqueles com menores níveis de educação formal estão muito mais concentrados neste tipo de atividade. Este aspecto, combinado à origem socioeconômica, parece dar suporte à proposição de Tokman (1997, p. 9) de que:

Jovens provenientes de domicílios pobres, forçados a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, possuem baixa escolaridade e por isso devem optar muitas vezes entre o desemprego e a inserção precária. Se reproduz então um círculo vicioso de baixos rendimentos e se interrompem os dois canais mais importantes para progredir e diminuir a pobreza: o acesso à educação e à mobilidade no mercado de trabalho.

Em sua análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990, Pochmann (2000, p. 35) destaca o crescimento significativo da ocupação por conta própria e a redução do emprego assalariado entre os membros desse segmento populacional.⁶ De acordo com o estudo, nesse período, entre os jovens, ocorreu um aumento de aproximadamente 50,0% dos ocupados por conta própria, enquanto o emprego assalariado desse contingente etário recuou 23,0%. A conseqüente alteração de peso relativo entre as duas posições na ocupação implicou maior instabilidade na trajetória profissional dos jovens.

Outra indicação de deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho do país nos anos 1990 foi a redução relativa dos trabalhadores com contrato de trabalho com registro legal (Pochmann, 2000, p. 37). Nesse sentido, em 1998, 34,7% dos assalariados jovens tinham carteira de trabalho assinada, percentual esse que se situava em 47,3% no final dos anos 1980. Com essa mudança, portanto, reduziu-se o grau de proteção social aos assalariados jovens do país, pois a ausência do registro em carteira de trabalho elimina o acesso a uma série de direitos e garantias legais.

O estudo de Camarano *et al.* (2001) procura analisar a evolução da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980 e 1990, contemplando as diferenças observadas entre os sexos.⁷ Neste trabalho, pode-se apreender a deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho pela redução relativa daqueles que eram assalariados com carteira de trabalho assinada (Camarano *et al.*, 2001, p. 37). Para os jovens de sexo masculino, a proporção de assalariados com carteira de trabalho assinada se reduziu de 38,5% em 1981 para 34,3% em 1999, e entre os de sexo

⁶ Esta parte do estudo de Pochmann (2000) utiliza como principal fonte empírica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

⁷ A base empírica desse estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, e o procedimento adotado pelas autoras é o de contrastar os indicadores do mercado de trabalho de 1981 com os de 1999.

feminino, de 40,9% para 37,8%, nesses mesmos anos. Houve, portanto, avanço na desregulamentação das relações de trabalho entre os jovens de ambos os sexos no país e, conseqüentemente, piora na qualidade do emprego.

O recuo na proteção social aos jovens também foi captado pela evolução da parcela relativa dos contribuintes para a previdência social (Camarano *et al.*, 2001, p. 38). A parcela relativa de jovens de sexo masculino que contribuíam para algum regime previdenciário se reduziu de 42,2% em 1981 para 35,6% em 1999; no caso das mulheres jovens, a queda foi de 44,1% em 1981 para 40,9% em 1999. Pode-se perceber que a redução da proteção social, não obstante tenha atingido ambos os sexos, se mostrou mais intensa para os homens jovens em relação às mulheres jovens.

No âmbito das regiões metropolitanas do país, estudo do DIEESE (2001) evidencia que os jovens ocupados estão inseridos no mercado de trabalho principalmente como trabalhadores assalariados.⁸ A região metropolitana que registrava a maior parcela relativa de jovens ocupados na condição de empregados era a de Porto Alegre, com 79,4%, e a menor, Recife, com 60,0% (DIEESE, 2001, p. 156). Quanto a esse contingente ocupacional, destaca-se que uma parte significativa não possuía a carteira de trabalho assinada: em Salvador, os assalariados jovens sem carteira representavam 24,5% da ocupação juvenil e, em Porto Alegre, 17,4%. Estas evidências, adicionadas ao peso relativo do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico, indicam haver incidência elevada de postos de trabalho precários entre os jovens.

Quanto ao padrão remuneratório dos jovens, estes possuíam rendimentos bastante inferiores aos observados, em média, nos mercados de trabalho metropolitanos (DIEESE, 2001, p. 159). A região metropolitana na qual a relação entre a remuneração juvenil e a média do mercado de trabalho era a mais elevada era a de Porto Alegre (55,6%), e, a mais baixa, a do Distrito Federal (38,3%). De acordo com o estudo, os menores rendimentos dos jovens ocupados em relação à média do mercado de trabalho podem ser explicados pela menor qualificação – aqui entendida como uma combinação de educação formal e experiência – e pela inserção em postos de trabalho mais precários (DIEESE, 2001, p. 158).

Outro trabalho sobre os jovens ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras mostra que a maior parcela relativa deles possuía escolaridade média completa, sendo que esta se situava entre 47,9% em São Paulo e 37,1% em Porto Alegre (DIEESE, 2006, p. 10).⁹ Constata-se que uma proporção significativa de jovens ocupados tinha escolaridade fundamental incompleta (participações relativas entre 27,8% em Recife e 12,6% em São Paulo). Isto revela, em alguma medida, uma

⁸ Este trabalho utiliza como base empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e no Distrito Federal. Como esta pesquisa foi iniciada em diferentes anos em cada uma destas regiões, o estudo concentrou o seu foco em 1999. Deve-se ainda assinalar que o estudo considera jovens os indivíduos na faixa etária de 16 a 24 anos.

⁹ Este estudo também tem como fonte empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego, sendo as regiões metropolitanas pesquisadas as mesmas identificadas na nota 8. Os jovens correspondem à faixa etária de 16 a 24 anos e os dados são relativos ao ano de 2005.

situação de atraso escolar, dado que se trata de indivíduos que possuíam de 16 a 24 anos, e que, portanto, deveriam ter pelo menos este nível educacional completo.

Nas regiões metropolitanas, no âmbito dos principais setores de atividade econômica, destaca-se amplamente a importância dos serviços para a ocupação juvenil: eles representavam entre 61,9% da mão-de-obra juvenil em Belo Horizonte e 46,2% em Porto Alegre (DIEESE, 2006, p. 11). Logo após, o comércio predomina como segundo setor de maior capacidade de absorção de jovens nas regiões metropolitanas. A esse respeito, cabe ressaltar que em duas regiões metropolitanas pesquisadas (Porto Alegre e São Paulo), a indústria detém essa posição, com parcelas relativas de jovens ocupados superiores às do comércio.

Na próxima seção, com base nesta delimitação de elementos constitutivos e de características da inserção ocupacional dos jovens, procura-se focalizar este tema no âmbito da RMPA.

3. A inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre

Os propósitos desta seção são os de fazer uma caracterização da inserção ocupacional dos jovens na RMPA, bem como identificar as suas mudanças e permanências, através de comparações de diferentes aspectos da ocupação desse segmento populacional em 1995 e 2005. Procura-se, também, por meio da estimação de três modelos de regressão logística, fazer um exame dos fatores que condicionam o êxito de os jovens obterem uma ocupação no mercado de trabalho da RMPA.

Adota-se como delimitação da população jovem a faixa etária de 16 a 24 anos. Esta difere um pouco daquela da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, que utilizam a faixa etária de 15 a 24 anos para delimitar esse segmento populacional (UN, 2003; OIT, 2006). Tal escolha deveu-se ao fato de que, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho, conforme a Constituição Federal, é a de 16 anos.

Emprega-se, também, o procedimento analítico de desagregar este segmento populacional por sexo, com o objetivo de identificar a existência de diferenças entre homens e mulheres jovens em sua inserção ocupacional. Para propósitos de apreensão de especificidades da ocupação juvenil, procura-se, ainda, na subseção 3.1, contrastá-la com a dos adultos ocupados.¹⁰

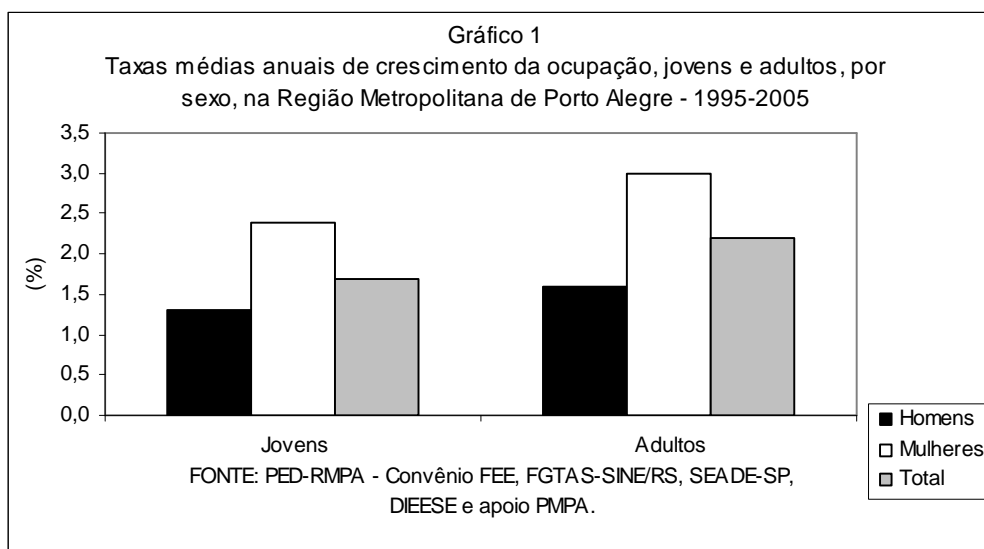
3.1 Mudanças e permanências nas principais características da ocupação juvenil

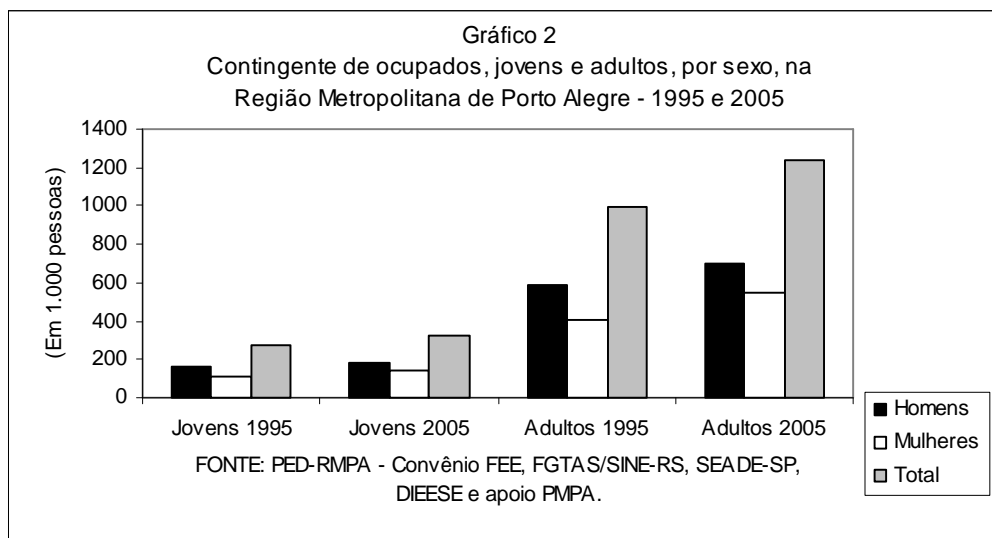
A ocupação juvenil na RMPA apresentou uma taxa média anual de crescimento de 1,7% no período 1995-2005, tendo se elevado de 271 mil ocupados em 1995 para 322 mil em 2005 (Gráficos 1 e 2). Este desempenho do nível ocupacional dos jovens esteve abaixo daquele observado entre a população adulta, cujo contingente de ocupados registrou uma taxa média anual de crescimento de

¹⁰ Os adultos são definidos como os indivíduos de mais de 24 anos.

2,2%, elevando-se de 999 mil ocupados em 1995 para 1.242 mil em 2005 (Gráficos 1 e 2). Tanto para jovens quanto para adultos, a ocupação feminina teve um desempenho relativamente melhor do que a masculina no período 1995-2005: entre os jovens, a ocupação feminina registrou crescimento de 2,4% ao ano, e a masculina, de 1,3% ao ano; entre os adultos, os desempenhos foram de 3,0% ao ano e de 1,6% ao ano, respectivamente (Gráfico 1). Com esses comportamentos, os homens jovens haviam atingido, em 2005, 184 mil ocupados, e as mulheres jovens 138 mil; entre os adultos, os homens passaram a se situar em 696 mil ocupados em 2005, e as mulheres em 546 mil (Gráfico 2).

Esses dados revelam que a população jovem como um todo teve, no período em foco, na RMPA, maior dificuldade de obtenção de uma ocupação em relação à população adulta, por um lado. Por outro, no que se refere à desagregação por sexo da ocupação, embora as jovens tenham tido um desempenho melhor de seu nível ocupacional comparativamente ao segmento masculino, quando se toma como referência comparativa o grupo etário adulto, existe uma diferença de maior magnitude entre o desempenho ocupacional das mulheres jovens e o das mulheres adultas. É nesta diferença, principalmente, que se localiza a causa do desempenho da ocupação do segmento jovem ter sido inferior ao da população adulta.



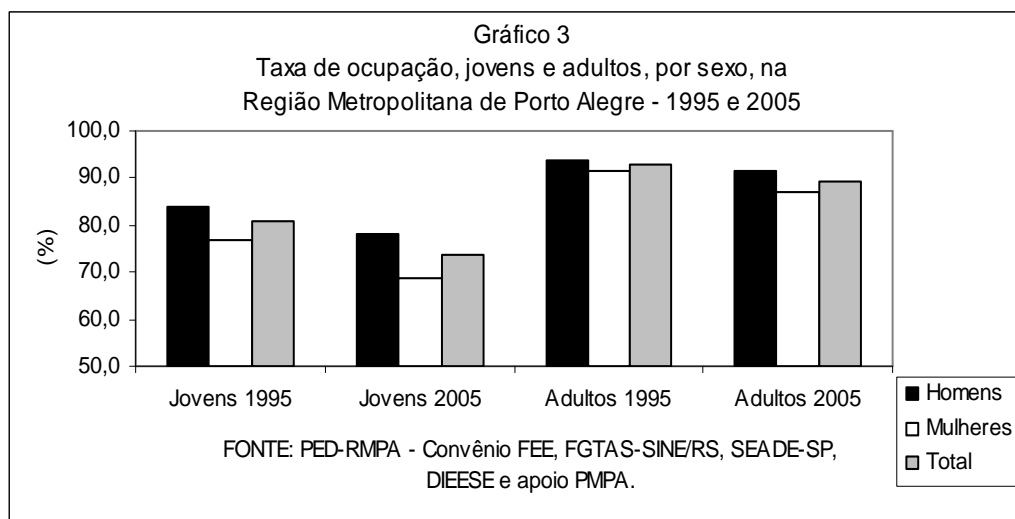


A taxa de ocupação¹¹ dos jovens na RMPA situava-se em 73,7% em 2005, tendo evidenciado uma redução de 6,3 pontos percentuais em relação ao ano de 1995 (Gráfico 3). Isto significa que a PEA juvenil cresceu mais intensamente do que a ocupação no período, indicando dificuldade de o mercado de trabalho absorver a população juvenil na condição de ocupada. Todavia, não se pode afirmar que este tenha sido um problema específico aos jovens, pois também no caso dos adultos houve declínio da taxa de ocupação – ainda que tenha sido com menor intensidade –, para 89,4% em 2005. A esse respeito, o mais importante a destacar é que a taxa de ocupação dos jovens se encontra abaixo daquela dos adultos, o que reforça a compreensão de que os primeiros têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho metropolitano enquanto ocupados.

Constata-se que a taxa de ocupação se situa em nível mais elevado para os homens jovens comparativamente às mulheres jovens na RMPA, tanto ao início quanto ao final do período (Gráfico 3). Para ambos ocorreu declínio da taxa de ocupação, que atingiu 78,0% entre os homens jovens e 68,7% entre as mulheres jovens em 2005. Como a redução da taxa de ocupação foi mais acentuada entre as mulheres jovens *vis-à-vis* aos homens jovens, a diferença entre ambas elevou-se de 7,1 pontos percentuais em 1995 para 9,3 pontos percentuais em 2005. No caso da população adulta, também se constata que a taxa de ocupação é mais elevada entre os homens, bem como que houve declínio mais intenso deste indicador entre a população feminina. Tendo em vista que para ambos os grupo populacionais – jovens e adultos – o crescimento da ocupação foi superior entre as mulheres,

¹¹ A taxa de ocupação corresponde à relação entre o número de ocupados e a População Economicamente Ativa (PEA), sendo expressa em termos percentuais.

estas evidências estão a indicar que a PEA feminina está pressionando mais intensamente o mercado de trabalho da RMPA.¹²



Quanto à inserção dos jovens na estrutura ocupacional da RMPA, o primeiro aspecto a chamar atenção é que estes se encontram, em larga medida, na posição de trabalhadores assalariados (Tabela 1). Conforme se pode constatar, a participação do emprego assalariado na ocupação juvenil total atingiu 85,7% em 2005, estando 4,8 pontos percentuais acima da observada em 1995. No caso da população adulta, o emprego assalariado representava em 2005 uma parcela relativa menor da ocupação (62,3%), bem como esta apresentou redução em comparação ao início do período analisado (-1,4 ponto percentual). Entre os jovens, o aumento do emprego assalariado na ocupação deveu-se tanto ao desempenho do setor privado quanto do setor público, pois ambos elevaram as suas participações relativas na ocupação desse segmento populacional.

No que diz respeito ao emprego, se faz também necessário segmentá-lo segundo a posse da carteira de trabalho assinada, pois os assalariados com registros formais têm acesso a uma série de direitos e garantias legais, o que significa que seus empregos são de melhor qualidade. Neste sentido, entre os jovens da RMPA, em 2005, 57,8% dos ocupados possuíam carteira de trabalho assinada, contra 19,7% que não tinham registros formais (Tabela 1). Sob este critério, constata-se que ocorreu uma deterioração da qualidade do emprego juvenil, pois os com carteira situavam-se, em 1995, em 59,2% da ocupação juvenil, e os sem carteira, em 14,8%. Em termos comparativos, no caso da população adulta, pode-se ressaltar que era bem menor a parcela relativa de empregados sem carteira de trabalho assinada (6,0% da ocupação total em 2005). Destaca-se também que, entre os adultos, de forma distinta dos jovens, houve aumento da parcela relativa dos empregados com

¹² O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não é um fenômeno específico à RMPA. A esse respeito, ver Sabóia (2005) e IPEA (2006, Cap. 5).

carteira de trabalho assinada na ocupação total, na comparação entre 1995 e 2005, enquanto a proporção dos sem carteira se manteve relativamente estável.

No cotejo entre os sexos, eram muito semelhantes as participações do emprego assalariado na ocupação juvenil na RMPA em 2005 (86,3% entre os homens e 85,0% entre as mulheres), sendo que ambas se elevaram em relação a 1995 (Tabela 1). No que se refere à posse da carteira de trabalho assinada, os homens jovens registravam uma proporção um pouco mais elevada de empregados com carteira na ocupação em comparação às mulheres jovens (59,9% e 55,0% em 2005, respectivamente), enquanto o emprego sem carteira encontrava-se em um nível próximo a 20,0% para ambos. Cabe assinalar que tanto para os homens jovens quanto para as mulheres jovens houve elevação da proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada na ocupação, sendo esta mudança mais intensa no caso das últimas, cuja parcela relativa de assalariados sem carteira mais do que dobrou no período, passando a superar a dos homens jovens em 2005.

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por posição na ocupação e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

Jovens ocupados Posição na ocupação	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Assalariado	83,3	77,4	80,9	86,3	85,0	85,7
Setor privado	76,9	69,7	74,0	79,3	75,1	77,5
Com carteira assinada	59,1	59,4	59,2	59,9	55,0	57,8
Sem carteira assinada	17,7	10,3	14,8	19,4	20,1	19,7
Setor público	6,4	7,7	7,0	7,0	9,9	8,2
Autônomo	10,8	5,6	8,7	9,0	5,9	7,7
Empregadores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Empregado doméstico	(1)	13,4	5,5	(1)	6,6	3,0
Trabalhador familiar	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	3,9	(1)	3,2	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Assalariado	67,0	58,9	63,7	65,1	58,7	62,3
Setor privado	53,3	39,9	47,9	54,5	42,5	49,2
Com carteira assinada	46,1	35,9	42,0	47,7	37,5	43,2
Sem carteira assinada	7,2	4,0	5,9	6,8	5,0	6,0
Setor público	13,6	19,0	15,8	10,6	16,2	13,1
Autônomo	21,6	15,1	18,9	23,4	15,6	20,0
Empregadores	6,0	2,8	4,7	6,4	3,6	5,1
Empregado doméstico	(1)	17,4	7,4	(1)	16,6	7,5
Trabalhador familiar	(1)	(1)	0,5	(1)	(1)	0,5
Outros	4,8	4,8	4,8	4,6	4,6	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta esta desagregação.

Em termos de inserção dos jovens na estrutura ocupacional da RMPA, pode-se ainda mencionar que o trabalho autônomo representava 7,7% da ocupação juvenil em 2005, tendo esta parcela relativa se reduzido em relação ao ano de 1995 (Tabela 1). Esta modalidade de inserção na ocupação absorvia uma maior proporção de homens jovens (9,0%) do que de mulheres jovens (5,9%) em 2005, ainda que estas últimas tenham registrado leve crescimento, na comparação com o início do período, diferentemente do que ocorreu entre os primeiros, para os quais houve redução. Por último, o emprego doméstico, no caso específico das mulheres jovens, representava 6,6% da ocupação em 2005, tendo evidenciado uma redução de 6,8 pontos percentuais em comparação a 1995. Esta situação foi distinta daquela das adultas, para as quais o emprego doméstico não apresentou grande mudança de sua parcela relativa na ocupação entre 1995 e 2005.

No âmbito dos principais setores de atividade econômica, aquele que possuía a maior participação relativa na ocupação juvenil da RMPA em 2005 era o de serviços (47,4%), sendo seguido pela indústria de transformação (23,6%) e pelo comércio (22,6%) (Tabela 2). Pode-se também constatar, na comparação com 1995, que as atividades de serviços viram a sua parcela relativa na ocupação juvenil aumentarem em 5,9 pontos percentuais; de forma antagônica, a indústria de transformação, nesta base comparativa, evidenciou um recuo de 1,2 pontos percentuais em sua participação relativa na ocupação juvenil. Aventa-se a possibilidade de que estas mudanças na composição setorial da ocupação juvenil tenham contribuído para a perda da qualidade do emprego, dado que a indústria de transformação possui, reconhecidamente, maior proporção de postos de trabalho com vínculos formais, em relação aos serviços. Tomando-se agora a distribuição setorial da ocupação entre os adultos como referência comparativa, constata-se que a hierarquia entre os pesos relativos dos setores é idêntica àquela observada entre os jovens, ainda que os serviços tenham uma participação mais elevada na ocupação dos adultos, enquanto na indústria de transformação e no comércio estas sejam mais reduzidas. Ademais, nota-se que as mudanças na composição setorial da ocupação dos adultos também foram no mesmo sentido do que aquelas verificadas entre os jovens.

Tabela 2

Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por setores de atividade e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

Jovens ocupados Setor de atividade	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	27,8	20,3	24,8	28,0	17,8	23,6
Comércio	20,5	25,4	22,5	21,3	24,3	22,6
Serviços	42,4	40,2	41,5	44,7	50,9	47,4
Construção civil	8,4	(1)	5,3	5,3	(1)	3,1
Serviços domésticos	(1)	13,4	5,4	(1)	6,6	3,0
Outros	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Adultos ocupados Setor de atividade	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	24,4	16,4	21,2	22,4	13,6	18,5
Comércio	15,9	14,5	15,4	15,7	15,7	15,7
Serviços	47,3	51,1	48,8	51,6	53,6	52,5
Construção civil	11,1	(1)	6,7	9,3	(1)	5,4
Serviços domésticos	(1)	17,4	7,3	(1)	16,6	7,5
Outros	(1)	(1)	0,6	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta esta desagregação.

Procedendo-se a desagregação da ocupação por sexo, sobressaem-se diferenças marcantes entre os homens jovens e as mulheres jovens em sua inserção ocupacional nos principais setores de atividade econômica na RMPA (Tabela 2). Assim, pode-se perceber que os serviços, em 2005, detinham uma parcela relativa maior da ocupação jovem feminina (50,9%) comparativamente à masculina (44,7%), assim como o comércio (24,3% e 21,3%, respectivamente). De forma distinta, a indústria de transformação, em 2005, possuía maior peso relativo na ocupação dos homens jovens (28,0%) do que na das mulheres jovens (17,8%). Quanto às mudanças intertemporais, a par da tendência comum de aumento dos serviços na ocupação de ambos os sexos, o aspecto a assinalar é o de que, no que diz respeito à indústria de transformação, esta registrou redução na ocupação somente entre as mulheres jovens.

O recorte de análise da ocupação juvenil em termos de educação formal é o que evidencia, sem dúvida alguma, mudanças mais acentuadas entre o início e o final do período que está sendo focalizado.¹³ Os jovens ocupados na RMPA possuíam majoritariamente, em 2005, escolaridade média completa a superior incompleta (52,8%). Logo após, com participações relativas na ocupação juvenil menos expressivas, encontravam-se os jovens ocupados com escolaridade fundamental completa a média incompleta (28,9%) e os com escolaridade fundamental incompleta (16,1%) (Tabela 3).

¹³ Para um tratamento pormenorizado da inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, com ênfase em seu nível de educação formal, ver Bastos (2005).

Comparando-se 1995 com 2005, constata-se que houve uma redução de 26,4 pontos percentuais da participação dos jovens com escolaridade fundamental incompleta na ocupação desse grupo populacional, enquanto aqueles com escolaridade média completa a superior incompleta viram a sua participação na ocupação juvenil elevar-se em 25,5 pontos percentuais. Ou seja, houve uma melhora sensível do nível de educação formal dos jovens ocupados na RMPA no período em foco.¹⁴ Quando se contrasta a situação de jovens e de adultos ocupados em termos de educação formal no mercado de trabalho da região metropolitana, percebe-se que, em 2005, a hierarquia entre as participações na ocupação dos adultos das diferentes faixas de escolaridade era a mesma observada entre os jovens, bem como que as mudanças em relação ao início do período foram, igualmente, no sentido de aqueles relativamente mais escolarizados ganharem participação na ocupação em detrimento dos menos escolarizados (ainda que tais mudanças tenham sido com menor intensidade em comparação aos jovens). De outra parte, cabe assinalar que os jovens ocupados têm uma situação mais favorável do que a dos adultos ocupados em termos de educação formal, pois evidenciavam, em 2005, menor concentração relativa entre os ocupados com escolaridade fundamental incompleta e maior entre os

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por faixas de escolaridade e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

Jovens ocupados	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Faixa de escolaridade						
Analfabetos	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)
Fundamental incompleto	48,3	33,9	42,5	21,2	9,4	16,1
Fundamental compl a médio incompleto	26,8	29,5	27,9	31,0	26,1	28,9
Médio completo a superior incompleto	23,0	33,8	27,3	46,2	61,6	52,8
Superior completo	(1)	(1)	1,6	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Faixa de escolaridade	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos	2,8	3,3	3,0	1,4	(1)	1,3
Fundamental incompleto	47,7	43,8	46,1	32,3	29,0	31,0
Fundamental compl a médio incompleto	19,6	17	18,5	20,0	17,4	18,8
Médio completo a superior incompleto	21,1	23,3	22,0	34,0	34,4	34,2
Superior completo	8,8	12,6	10,4	12,3	18,0	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta esta desagregação.

(2) Não foram registradas ocorrências nesta categoria.

com escolaridade média completa a superior incompleta.

Segmentando-se a ocupação por sexo, o aspecto que mais chama atenção é o de que as mulheres jovens ocupadas na RMPA possuíam, em 2005, melhor perfil de escolaridade do que os

¹⁴ Essas evidências não permitem que se faça, todavia, qualquer afirmação sobre a evolução da qualidade da educação formal na RMPA no período.

homens jovens ocupados (Tabela 3). Assim, naquele ano, as ocupadas com escolaridade média completa a superior incompleta representavam 61,6% da ocupação das jovens, enquanto aquelas com escolaridade fundamental incompleta detinham somente 9,4% da ocupação; entre os homens jovens, as participações na ocupação destas faixas de educação formal eram de 46,2% e 21,2%, respectivamente. As mudanças na distribuição da ocupação por faixas de escolaridade foram semelhantes para homens jovens e mulheres jovens, no sentido em que para ambos houve aumento da participação na ocupação dos indivíduos de nível mais elevado de educação formal. Para propósitos comparativos, entre a população adulta ocupada as mulheres também possuíam um melhor perfil de educação formal do que os homens, ainda que as diferenças sejam menos acentuadas do que aquelas observadas entre os jovens ocupados.

Assumindo-se que a educação formal seja um dos principais condicionantes da inserção ocupacional dos jovens, as mudanças acima descritas devem ser reconhecidas como positivas, pois favoráveis à melhora da chance de obtenção de uma ocupação pelos jovens na RMPA. Não obstante, é importante ponderar que o contexto destas mudanças foi de baixo dinamismo econômico, o que se traduziu em uma capacidade modesta de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Tal entendimento respalda-se nas evidências contidas no início desta subseção do trabalho, quando foi mostrado que houve uma redução da taxa de ocupação dos jovens na RMPA entre 1995 e 2005, na medida em que o crescimento da PEA juvenil foi superior ao da ocupação deste grupo populacional. Em outros termos, isto significa que ocorreu um agravamento do problema do desemprego entre os jovens, a despeito da melhora observada em seu nível de educação formal.¹⁵

Os jovens na RMPA permanecem, de modo geral, relativamente pouco tempo na ocupação (Tabela 4). Conforme se pode constatar, em 2005, 36,1% deles permaneciam até seis meses na ocupação, 21,8% de mais de seis meses até um ano, enquanto somente 21,5% ficavam mais do que dois anos na ocupação. Estes dados permitem afirmar, portanto, que os vínculos profissionais dos membros deste grupo populacional são bastante instáveis e de curta duração. As mudanças nesta característica da ocupação juvenil foram pequenas entre o início e o final do período, com redução em sua participação na ocupação dos indivíduos com até seis meses de permanência na ocupação e elevação daqueles com mais de um ano até dois anos, enquanto as demais faixas de permanência apresentaram relativa estabilidade em suas participações. Em termos comparativos, trata-se de uma característica da ocupação juvenil não só distinta como desfavorável à observada pelos adultos ocupados: entre estes últimos, em 2005, a parcela relativa que possuía mais de dois anos concentrava 61,7% da ocupação deste grupo populacional.

¹⁵ Sobre o comportamento do desemprego juvenil na RMPA no período, ver Bastos (2007, seção 4).

Tabela 4

Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por tempo de permanência na ocupação e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

(%)						
Jovens ocupados	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Tempo de permanência						
Até 6 meses	37,6	41,1	39,0	34,1	38,9	36,1
Mais de 6 meses até 1 ano	21,7	22,0	21,8	21,0	22,9	21,8
Mais de 1 ano até 2 anos	16,2	19,3	17,4	21,0	20,1	20,6
Mais de 2 anos	24,5	17,6	21,8	23,9	18,1	21,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<hr/>						
Adultos ocupados	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Tempo de permanência						
Até 6 meses	16,9	17,6	17,2	16,1	15,9	16,0
Mais de 6 meses até 1 ano	10,6	13	11,6	9,5	10,0	9,7
Mais de 1 ano até 2 anos	11,5	12,8	12,0	12,0	13,3	12,6
Mais de 2 anos	61,0	56,6	59,2	62,4	60,8	61,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

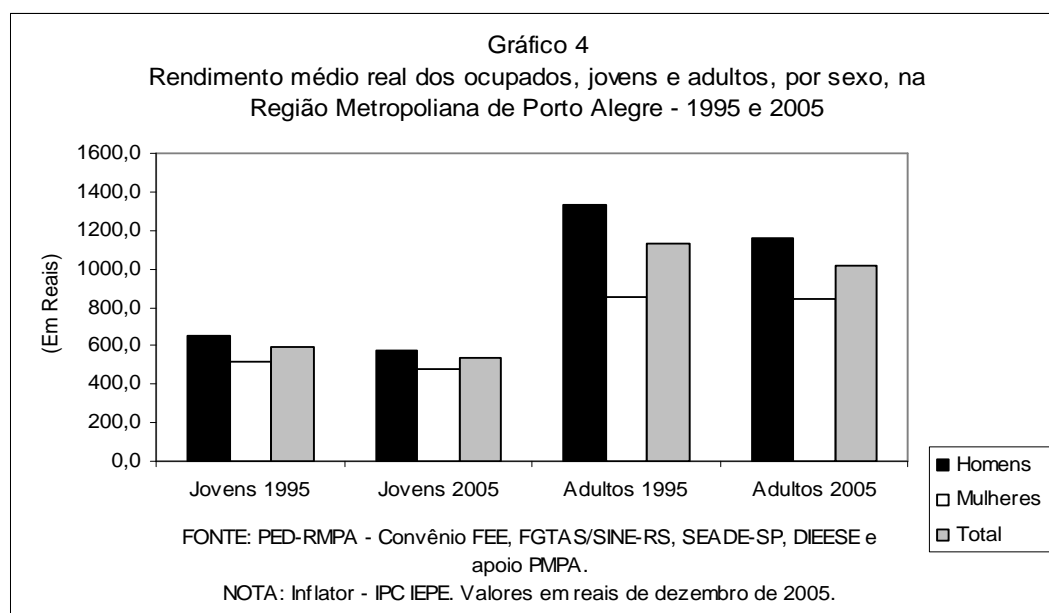
De acordo com o que se pode perceber na Tabela 4, existem indicações de que as mulheres jovens possuem vínculos ocupacionais mais instáveis comparativamente aos homens jovens na RMPA. Isto se deve a que as jovens com tempo de permanência na ocupação de até seis meses, em 2005, representavam uma parcela relativa mais elevada (38,9%) do que a dos homens jovens (34,1%) da ocupação em cada um dos sexos, bem como porque entre os ocupados com mais de dois anos de duração da ocupação, havia uma menor proporção de mulheres jovens (18,1%) comparativamente a de homens jovens (23,9%). Quanto aos adultos ocupados, os dados das distribuições contidas na Tabela 4 revelam que a permanência na ocupação das mulheres não se apresenta tão desfavorável *vis-à-vis* à dos homens.

Embora se reconheça que o regime de trabalho no Brasil se caracterize, dentre outros aspectos, pela elevada rotatividade no emprego (Baltar e Proni, 1996), os dados sobre permanência na ocupação na RMPA estão a mostrar a existência de desigualdades acentuadas entre as gerações a esse respeito, pois tudo indica que recai mais sobre os jovens o processo de adaptação do nível de ocupação às flutuações da atividade econômica. Como decorrência, a instabilidade do vínculo profissional, de fato, configura o que se poderia tomar como uma norma de inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA.

O rendimento médio real dos jovens ocupados na RMPA situava-se em R\$ 538 em 2005, tendo evidenciado uma redução de 9,6% em relação ao ano de 1995 (Gráfico 4). Ao cotejá-lo com o dos adultos ocupados, constata-se que, dado o rendimento médio real destes últimos em 2005 (R\$ 1.016), havia um diferencial de aproximadamente 47,0% em detrimento dos jovens ocupados. Como condicionantes deste diferencial de rendimentos desfavorável aos jovens ocupados, aventam-se as seguintes possibilidades: os jovens devem estar inseridos em postos de trabalho na base da estrutura

ocupacional, os quais têm um baixo padrão remuneratório; eles têm menor tempo de permanência na ocupação, o que prejudica o desenvolvimento de suas habilidades nos locais de trabalho, dado que um dos componentes destas é a experiência profissional, limitando as perspectivas de avanços em seus níveis de rendimentos; e a elevada incidência do desemprego entre os jovens pode também forçar a fixação de baixos níveis de remuneração entre eles.

Há claramente um diferencial de rendimentos entre os jovens ocupados na RMPA, segundo o sexo, em detrimento das mulheres (Gráfico 4). Neste sentido, entre o rendimento médio real das mulheres jovens ocupadas em 2005 (R\$ 483) e o dos homens jovens ocupados (R\$ 579), havia um diferencial desfavorável às primeiras de 16,6%. Não obstante, em virtude de os rendimentos das mulheres jovens terem apresentado uma queda um pouco menor do que o dos homens jovens no período (-6,8% e -10,6%, respectivamente), esse diferencial havia se reduzido levemente. No caso da população adulta ocupada, há um diferencial ainda maior de rendimentos entre as mulheres e os homens (27,5% em 2005), mas este apresentou redução mais acentuada em relação a 1995 (quando se encontrava em 36,3%). Isto se deveu a que os rendimentos dos homens adultos ocupados decresceram em 13,2% no período, enquanto o das mulheres adultas ocupadas caíram 1,2%. De qualquer forma, seja no caso dos jovens, seja no dos adultos, o diferencial de rendimentos desfavorável às mulheres remete para a possibilidade de ocorrência de discriminação no âmbito do mercado de trabalho, pois – como foi visto anteriormente –, as mulheres têm um melhor perfil de educação formal comparativamente aos homens. Remete, adicionalmente, para um possível efeito negativo exercido pelo emprego doméstico, que tem representatividade exclusivamente na ocupação feminina e se caracteriza por baixos níveis de remuneração.



3.2 Um exame dos fatores que condicionam a possibilidade de obtenção de uma ocupação pelos jovens

Esta subseção tem o propósito de abordar, de forma sucinta, os fatores que condicionam a possibilidade de obtenção de uma ocupação por parte da população jovem na RMPA. Para atingir-se esse objetivo, se considerou apropriado fazer uso da regressão logística,¹⁶ a qual permite modelar a chance de um indivíduo estar ocupado em função de determinadas características demográficas e socioeconômicas. No caso que é objeto de investigação, a variável dependente do modelo, por ser categórica, assume os valores 1 (em caso de o jovem estar ocupado) e 0 (em caso de o jovem não estar ocupado).¹⁷

Para o tratamento do tema que é objeto de análise, foram especificados três modelos de regressão logística: o primeiro utiliza como variáveis explicativas a **idade**, o **sexo** e a **escolaridade** do jovem; o segundo utiliza as variáveis explicativas presentes no Modelo 1 e adiciona a **renda do domicílio** em que o jovem reside; e o terceiro, que utiliza as variáveis explicativas contidas no Modelo 2 e adiciona a **escolaridade do chefe do domicílio** em que o jovem reside. Os modelos foram estimados para os anos de 1995 e 2005, tornando possível fazer comparações intertemporais do impacto das variáveis explicativas selecionadas sobre a chance de o jovem estar ocupado.

Os resultados da estimação dos modelos estão expostos na Tabela 5. Começando a sua apresentação pelo **Modelo 1**, constata-se que os coeficientes estimados das variáveis independentes são estatisticamente significativos e revelam efeitos positivos sobre a chance de um indivíduo jovem estar ocupado, tanto em 1995 quanto em 2005. O maior impacto é provocado pela variável sexo do jovem: neste sentido, estima-se que, tudo o mais constante, em 1995, a chance de um jovem de sexo masculino estar ocupado era 158,2% maior do que a de uma jovem.¹⁸ Não obstante o efeito da variável sexo do jovem continuasse sendo o de maior magnitude em 2005, este se reduziu em relação a 1995: assim, naquele ano, tudo o mais constante, estima-se que a chance de um jovem de sexo masculino estar ocupado era 109,5% superior a de uma jovem. Esses resultados permitem aventar novamente a possibilidade de existência de discriminação no âmbito do mercado de trabalho da RMPA, pois não se esperaria uma desvantagem tão acentuada das jovens obterem um posto de trabalho.

¹⁶ Para uma abordagem introdutória sobre a regressão logística, ver Stock e Watson (2004, p. 209-218).

¹⁷ Neste caso, deve-se ter presente que o fato de o jovem não estar ocupado não significa que ele esteja desempregado, pois existe a possibilidade de ele estar inativo.

¹⁸ Este resultado é obtido da seguinte forma: $[(e^{0,948658}) - 1] \times 100 = 158,2\%$.

Tabela 5
Resultados da estimação da regressão logística - jovens ocupados, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995 e 2005

Variáveis explicativas	1995			2005		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Constante	-4,784800	-4,863837	-4,911940	-6,397368	-6,449637	-6,399600
Idade do jovem	0,206439	0,210477	0,218699	0,250139	0,254633	0,255113
Sexo do jovem	0,948658	0,932736	0,930583	0,739543	0,724358	0,729969
Escolaridade do jovem	0,045836	0,029423	0,076900	0,109097	0,091638	0,131826
Renda domiciliar		0,000075	0,000124		0,000083	0,000129
Escolaridade do chefe de domicílio			-0,089102			-0,066662
Pseudo R ²	64,0	63,9	65,4	66,5	66,4	67,2
Amostra		9.156			12.132	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTAS:

1. Jovens: indivíduos de 16 a 24 anos.
2. A variável dependente do modelo tem como categoria de referência a situação em que o jovem não está ocupado.
3. A variável sexo do jovem tem como categoria de referência o sexo feminino.
4. Todos os coeficientes estimados das variáveis explicativas são estatisticamente significativos ao nível de 0,1%.

No âmbito do **Modelo 1**, o efeito da idade também se mostrou positivo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado na RMPA. Assim, no ano de 1995, mantendo tudo o mais constante, estima-se que o aumento de um ano na idade do jovem incrementa em 22,9% a chance deste estar ocupado. Quando se compara este resultado com o obtido em 2005, constata-se que o impacto estimado do aumento de um ano na idade do jovem sobre a chance deste estar ocupado foi ampliado para 28,4%. Nesses termos, tomando-se a idade como uma *proxy* de experiência dos jovens no mercado de trabalho, esses resultados estão sugerindo que, de fato, tal variável condiciona claramente a possibilidade de êxito na obtenção de uma ocupação, bem como que a sua importância se acentuou com o tempo.

Ainda no que diz respeito ao **Modelo 1**, a escolaridade do jovem apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a chance de os membros deste grupo populacional estarem ocupados, ainda que o seu impacto tenha sido de magnitude relativamente menor do que o das outras variáveis explicativas. Neste sentido, pode-se estimar que, em 1995, mantendo-se as demais características constantes, o aumento de um ano na escolaridade do jovem ampliava em 4,7% a chance deste estar ocupado. Em termos intertemporais, cabe assinalar, fazendo-se um exercício semelhante ao anterior, que esta variável teve o seu efeito estimado sobre a chance de o jovem estar ocupado elevado para 11,5% em 2005. Dentro de certos limites, este último resultado pode estar indicando que, com o passar do tempo, a educação formal tem se tornado um ativo relativamente mais valorizado no âmbito do mercado de trabalho da RMPA.

Quanto aos resultados da estimação do **Modelo 2**, cabe recuperar que o seu propósito é o de investigar o impacto da renda do domicílio em que o jovem reside sobre a probabilidade de este estar ocupado. Esta variável evidencia um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado, mas o seu impacto não é de grande tamanho. Assim, no ano de 1995, tudo o mais constante, estima-se que a chance de um jovem estar ocupado aumentaria em 3,8% caso

ocorresse um incremento de R\$ 500,00 na renda domiciliar. Embora este efeito sobre a chance de o jovem estar ocupado tenha se elevado em 2005, ele se manteve com uma magnitude relativamente pequena. Como interpretação tentativa dos resultados relativos a esta variável, podem-se sugerir as seguintes possibilidades: por um lado, os jovens inseridos em domicílios com maior nível de renda dispõem de uma melhor infra-estrutura econômica e material, o que lhes dá uma condição mais favorável de procurar com êxito uma ocupação; por outro lado, o nível de renda domiciliar mais elevado, em um contexto de alto desemprego, pode contribuir para que o jovem permaneça inativo e, provavelmente, voltado para a sua formação educacional. Estas duas possibilidades exerceriam, portanto, efeitos antagônicos sobre a chance de o jovem estar ocupado, o que acabaria implicando um impacto relativamente pequeno da renda domiciliar sobre a probabilidade de o jovem estar ocupado.¹⁹

Quanto à regressão especificada no **Modelo 3**, esta incluiu a variável explicativa escolaridade do chefe de domicílio em que o jovem reside. Conforme se constata, o impacto desta variável é negativo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado. Neste sentido, no ano de 1995, estima-se que, mantendo-se tudo o mais constante, o aumento de um ano na escolaridade do chefe de domicílio reduzia em 8,5% a chance de o jovem estar ocupado. O efeito negativo desta variável explicativa se manteve em 2005, ainda que a sua intensidade tenha se reduzido um pouco, para 6,4%. A interpretação que se considera mais plausível para este resultado é a de que o chefe de domicílio, sendo mais escolarizado, tenha a compreensão de que, diante de um mercado de trabalho com elevado desemprego e cada vez mais seletivo, faz sentido que o jovem permaneça inativo com o propósito de reunir melhores condições, em termos de formação educacional, para o seu posterior ingresso no mercado de trabalho.²⁰

4. Considerações finais

A partir de uma delimitação dos principais elementos e características da inserção dos jovens na ocupação, referenciada na literatura recente, este estudo procurou abordar este tema no âmbito da RMPA. Conforme foi evidenciado no trabalho, o crescimento do contingente de jovens ocupados na RMPA no período enfocado foi não só relativamente modesto como inferior ao observado para a população adulta ocupada. A dificuldade de absorção de mão-de-obra juvenil pôde ser identificada por uma redução da sua taxa de ocupação entre 1995 e 2005, ainda que este fenômeno não tenha ficado restrito a esse grupo populacional. A desagregação por sexo permitiu mostrar que o contingente de mulheres jovens ocupadas teve um desempenho relativamente melhor do que o de homens jovens ocupados no período. Todavia, as primeiras não só revelaram uma taxa de ocupação menor do que a dos últimos, como também esta evidenciou uma queda mais acentuada do que a verificada entre os

¹⁹ No que se refere ao **Modelo 2**, assinala-se que uma medida de ajuste, representada pelo Pseudo R², manteve-se praticamente inalterada em comparação ao **Modelo 1**, em ambos os anos.

²⁰ A medida de ajuste Pseudo R² registra uma pequena elevação no **Modelo 3**, em ambos os anos, em relação ao obtido pelo **Modelo 2**.

indivíduos de sexo masculino, o que indica uma situação de maior adversidade entre as mulheres jovens no mercado de trabalho.

Em termos de estrutura ocupacional, foi mostrado que os jovens estão majoritariamente inseridos na condição de trabalhadores assalariados no mercado de trabalho da RMPA, bem como que a proporção destes se elevou no período. A esse respeito, o grau de proteção dos assalariados jovens, medido pela posse da carteira de trabalho assinada, apresentou redução acentuada, pois os sem registros legais passaram a representar aproximadamente 20,0% da ocupação juvenil em 2005. Este processo de perda de proteção do emprego juvenil atingiu mais intensamente as mulheres jovens, para as quais o emprego sem carteira superou, em termos relativos, aquele existente entre os homens jovens ao final do período. Outra modalidade de inserção na ocupação, o emprego doméstico, mostrou-se relevante somente para as mulheres jovens, ainda que a sua participação relativa na ocupação destas tenha se reduzido pela metade no período enfocado.

No que diz respeito à distribuição setorial da ocupação, os serviços detêm a maior proporção de jovens ocupados na RMPA, tendo inclusive ampliado a sua parcela relativa na ocupação juvenil ao final do período. No caso das mulheres jovens, os serviços passaram a representar mais da metade da ocupação desse segmento populacional em 2005. Outro movimento destacável foi a redução da participação relativa da indústria de transformação na ocupação juvenil, que atingiu exclusivamente as jovens ocupadas. Dado que este setor se caracteriza por gerar postos de trabalho de melhor qualidade, este processo pode ter contribuído para a perda da qualidade da ocupação entre os jovens da RMPA e, em particular, entre os indivíduos ocupados de sexo feminino.

De acordo com o que foi mostrado no corpo do trabalho, ocorreu uma mudança acentuada do nível de educação formal dos jovens ocupados na RMPA, no sentido do aumento da proporção daqueles com escolaridade relativamente mais elevada na ocupação deste grupo populacional. A par desta tendência, foi também evidenciado que as mulheres jovens ocupadas têm uma situação mais favorável em termos de educação formal em comparação aos homens jovens ocupados. Não obstante essas mudanças possam ser encaradas como positivas em termos de condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho, cabe recuperar que 16,0% deles ainda tinham, em 2005, escolaridade fundamental incompleta, o que releva a persistência de uma situação de atraso, pois não se esperaria este nível de educação formal entre indivíduos de 16 a 24 anos.

Os vínculos de trabalho evidenciam-se muito instáveis entre os jovens da RMPA, pois aproximadamente 57,0% deles tinham tempo de permanência na ocupação de até um ano em 2005, fenômeno que não se observa entre os adultos ocupados. Assim, a grande flexibilidade quantitativa deste grupo populacional parece ser uma característica distintiva da sua inserção no mercado de trabalho, indicando a possibilidade de que sobre eles incida com mais intensidade o processo de ajuste das flutuações da atividade econômica.

O rendimento médio real dos jovens ocupados encontra-se bastante abaixo daquele dos adultos na RMPA, correspondendo à aproximadamente metade do que estes últimos percebem. Na medida em que esta realidade não se alterou na comparação de 1995 com 2005, o baixo nível

remuneratório constitui-se em uma característica que se manteve intocada no padrão de inserção dos jovens na ocupação. Foi também evidenciado que há um diferencial de rendimentos desfavorável às mulheres jovens ocupadas em comparação aos homens jovens ocupados, ainda que este tenha se reduzido levemente entre 1995 e 2005. Tal redução, não obstante, foi ocasionada pelo fato de que houve uma queda mais acentuada do rendimento médio real dos homens jovens comparativamente ao das mulheres jovens.

No estudo, foram estimados três modelos de regressão logística para analisar os fatores que condicionam a probabilidade de um jovem estar ocupado na RMPA. O primeiro desses modelos indicou que as variáveis sexo, idade e escolaridade têm impactos relevantes sobre a chance de um jovem estar ocupado. No que se refere especificamente ao sexo, cujo impacto foi o de maior magnitude, o resultado foi o de que os homens jovens possuem uma chance muito superior à das mulheres jovens de estarem ocupados. Esse resultado sugere a possibilidade de ocorrência de discriminação da força de trabalho feminina na RMPA, o que remeteria à necessidade de políticas de igualdade de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. O segundo modelo estimado, que incluiu a variável explicativa renda domiciliar, mostrou que esta tem um impacto positivo, mas de pequena magnitude, na chance de o jovem estar ocupado. Como interpretação tentativa deste resultado, foi sugerido que este pequeno impacto da renda domiciliar possa se dever a que a sua elevação contribua para que o jovem se encontre, também, em uma situação de inatividade, dedicado à melhora de seu nível de educação formal, com o propósito de aprimorar as suas condições de inserção futura no mercado de trabalho. Finalmente, o terceiro modelo estimado, que incluiu a variável explicativa escolaridade do chefe de domicílio, teve como resultado que esta tem impacto negativo sobre a chance de o jovem estar ocupado. Neste caso, a interpretação proposta foi a de que a melhora do *background* do chefe do domicílio – aproximado pelo número de anos de educação formal – faz com que este tenha a compreensão de que o jovem deva se dedicar integralmente aos estudos, com o propósito de avançar em sua formação, mantendo-se, portanto, em uma situação de inatividade.

Bibliografia

BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 26, número especial, p. 271-298, 2005.

_____. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. (Coord.) **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007.

BALTAR, P., PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C., MATTOSO, J. (Orgs.) **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BLANCHFLOWER, D, FREEMAN, R. The declining economic status of young workers in OECD countries. In: BLANCHFLOWER, D, FREEMAN, R. (Eds.) **Youth employment in advanced countries**. Chicago: Chicago Press and NBER, 2000.

BRAUNS, H. et al. **Education and employment: patterns of labour market entry in France, the United Kingdom and West Germany**. Mannheim: Mannheim Centre for European Social Research, 1999. (Working paper n. 6)

CAMARANO, A. et al. Os jovens no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 17, p. 31-39, 2001.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. Santiago: CEPAL, 2004.

COUPPIÉ, T., MANSUY, M. L'insertion professionnelle des débutants en Europe: des situations contrastées. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, ns. 378-379, p. 147-165, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Juventude metropolitana: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo: DIEESE, 2005. (Estudos e Pesquisas nº 11)

FOUNDER, Y. Repères sur l'emploi des jeunes dans six pays européens. **Revue de l'IRES**. Paris: IRES, n. 31, p. 23-58, 1999.

FOUNDER, Y., LEFRESNE, F. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? **Travail et Emploi**. Paris: Ministère de L'Emploi, n. 83, p. 115-135, 2000.

GANGL, M. **Changing labour markets and early career outcomes: labour market entry in Europe over the past decade**. Manheim: MZES, 2000. (Working paper n. 26)

GIVORD, P. Formes particulières d'emploi et insertion des jeunes. **Économie e Statistique**. Paris: INSEE, n. 389-390, p. 129-143, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília: IPEA, 2006.

LEFRESNE, F. Place des jeunes sur le marché du travail en France: une approche sectorielle. **Revue de l'IRES**. Paris: IRES, n. 31, p. 197-232, 1999.

LOPEZ, A. Les modes de stabilisation en emploi en début de vie active. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 378-379, p. 105-128, 2004.

MARCHAND, O. Gestion des âges et flexibilité du marché du travail. **Travail et Emploi**. Paris: Ministère de L'Emploi, n. 100, p. 59-67, 2004.

MONCEL, N. Les profils de gestion de la main-d'oeuvre au niveau des secteurs d'activité – conséquences pour l'emploi des jeunes. **Formation Emploi**. Marselha: CEREQ, n. 60, p. 67-79, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo**. Genebra: OIT, 2000.

_____. **Tendencias mundiales del empleo juvenil**. Genebra: OIT, 2006.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RYAN, P. The school-to-work transition: a cross-national perspective. **Journal of Economic Literature**. Nashville: AEA, v. XXXIX, n. 1, p. 34-92, 2001.

SABOIA, J. Venturas e desventuras do mercado de trabalho no Brasil. In: CASTRO, A. *et al.* (Orgs.) **Brasil em desenvolvimento** – instituições, políticas e sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Volume 2)

STOCK, J., WATSON, M. **Econometria**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

TOKMAN, V. El trabajo de los jóvenes en el post-ajuste latinoamericano. **Boletín Cinterfor**. Montevideo: OIT/Cinterfor, n.139-140, p. 7-23, 1997.

UNITED NATIONS. **World youth report 2003**. Nova Iorque: UN, 2003.

VINCENS, J. L'insertion professionnelle des jeunes: quelques réflexions théoriques. **Formation Emploi**. Marselha: CEREQ, n. 61, p. 59-72, 1998.

VINCENS, J. La inserción profesional de los jóvenes – en la búsqueda de una definición por convención. **Calificaciones & Empleo**. Marselha: CEREQ, n. 23, p. 1-11, 1999.